

É reproduzido o Anexo da proposta de Estrutura e Organização dos Serviços aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Alcobaça realizada no dia 19 de Dezembro de 2014, com as alterações colocadas nos lugares próprios.

Estrutura nuclear dos serviços da Câmara Municipal de Alcobaça

CAPÍTULO I

Da estrutura

Artigo 1.º

(Estrutura)

1 — Para a prossecução das atribuições municipais, a Câmara Municipal dispõe das seguintes unidades orgânicas nucleares na direta superintendência do respetivo Presidente ou do Vereador com competência para tal efeito delegada:

- a) Departamento de Recursos Humanos, Modernização e Finanças;
- b) Departamento de Obras e Ambiente;
- c) Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística.

2 — Os cargos dos titulares das unidades orgânicas mencionadas no número anterior correspondem a Diretor de Departamento.

3 — Ficam criadas todas as unidades orgânicas, as quais serão implementadas de acordo com as necessidades da Câmara Municipal de Alcobaça.

CAPÍTULO II

Das unidades orgânicas nucleares

Artigo 2.º

(Departamento de Recursos Humanos, Modernização e Finanças)

O Departamento de Recursos Humanos, Modernização e Finanças tem por missão assegurar a qualidade técnica e zelar pela legalidade da gestão dos recursos humanos, incluindo a correta e tempestiva aplicação das ferramentas de avaliação do desempenho, a promoção e implementação de sistemas de gestão de qualidade e de medidas de modernização administrativa dos serviços, o processo de planeamento económico e financeiro da autarquia, controlando a respetiva execução, garantir a gestão da atividade patrimonial e orientar a contratação pública de bens e serviços.

Artigo 3.º

(Departamento de Obras e Ambiente)

O Departamento de Obras e Ambiente tem por missão orientar a contratação pública de empreitadas e a execução das respetivas obras, zelando pela sua qualidade técnica e legalidade, garantir as adequadas condições de utilização do património imóvel municipal, executando, por administração direta, as necessárias obras de conservação e de manutenção, conceber e aplicar medidas de proteção e desenvolvimento da qualidade ambiental, assegurar a promoção e manutenção dos espaços verdes e as condições de higiene e salubridade dos espaços públicos e velar pela gestão dos resíduos.

Artigo 4.º

(Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística)

O Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística tem por missão orientar a elaboração, monitorização, avaliação da execução e a atualização dos planos municipais de ordenamento do território, zelando pela sua qualidade técnica e legalidade, e assegurar a conformidade legal, regulamentar e técnica das iniciativas particulares de natureza urbanística e conexa.

CAPÍTULO III

Perfis de recrutamento

Artigo 5.º

(Diretor do Departamento de Recursos Humanos, Modernização e Finanças)

O titular do cargo de Diretor do Departamento de Recursos Humanos, Modernização e Finanças é recrutado de entre técnicos superiores titulares de licenciaturas (ou de habilitações académicas de grau superior) da área de Contabilidade e de licenciaturas (ou de habilitações académicas de grau superior) em Direito, em Economia, em Gestão, em Gestão de Recursos Humanos e em Gestão e Administração Pública, constituindo fator preferencial (a ponderar no âmbito de avaliação curricular) o exercício de cargos de direção superior e de cargos de direção intermédia de grau idêntico a Diretor de Departamento Municipal em áreas incluídas no âmbito da missão do Departamento de Recursos Humanos, Modernização e Finanças.

Artigo 6.º

(Diretor do Departamento de Obras e Ambiente)

O titular do cargo de Diretor do Departamento de Obras e Ambiente é recrutado de entre técnicos superiores titulares de licenciatura (ou de habilitações académicas de grau superior) em Engenharia Civil, constituindo fator preferencial (a ponderar no âmbito de avaliação curricular) o exercício de cargos de direção superior e de cargos de direção intermédia de grau idêntico a Diretor de Departamento Municipal em áreas incluídas no âmbito da missão do Departamento de Obras e Ambiente.

Artigo 7.º

(Diretor do Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística)

O titular do cargo de Diretor do Departamento de Obras e Ambiente é recrutado de entre Técnicos superiores titulares de licenciaturas (ou de habilitações académicas de grau superior) em Arquitetura e em Engenharia Civil, constituindo fator preferencial (a ponderar no âmbito de avaliação curricular) o exercício de cargos de direção superior e de cargos de direção intermédia de grau idêntico a Diretor de Departamento Municipal em áreas incluídas no âmbito da missão do Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística.

8 de março de 2016. — O Presidente da Câmara Municipal, *Paulo Jorge Marques Inácio*.

209421007

MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

Aviso n.º 3571/2016

Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Núcleo Antigo de Alcochete

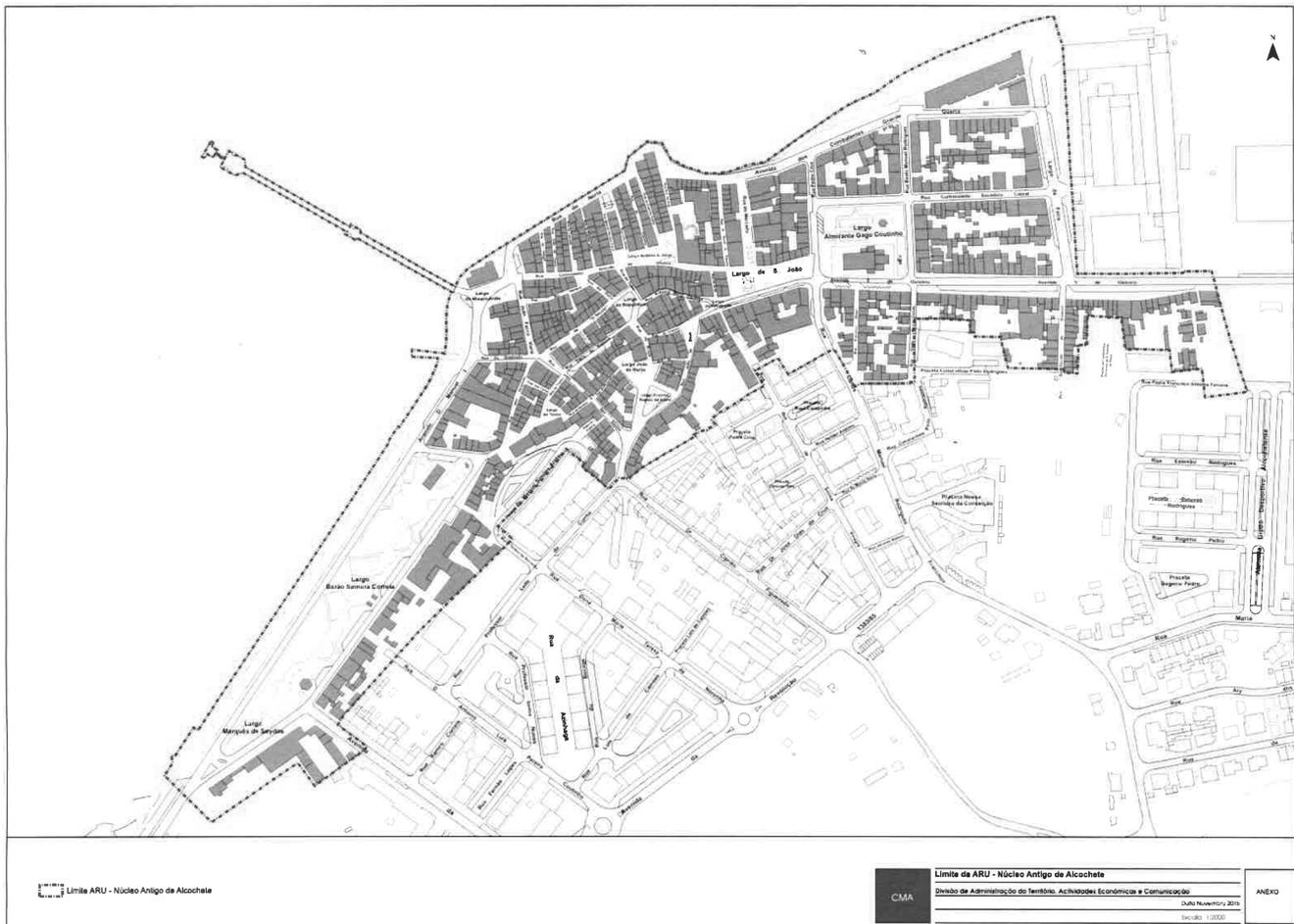
Luís Miguel Carraça Franco, presidente da Câmara Municipal do Concelho de Alcochete:

Torna público, nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Assembleia Municipal de Alcochete, na sua sessão ordinária de 23.11.2015, aprovou sob proposta da Câmara Municipal, deliberada em reunião de 11.11.2015, a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Núcleo Antigo de Alcochete, conforme planta que se anexa ao presente aviso.

Torna-se ainda público, nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do RJRU, que os elementos que compõem o projeto de delimitação da ARU, designadamente a Memória Descritiva e Justificativa, Planta de Delimitação e o Quadro de Benefícios Fiscais, podem ser consultados pelos interessados na página eletrónica do município, no endereço www.cm-alcochete.pt.

O processo administrativo da ARU encontra-se também disponível para consulta, na Divisão de Administração do Território, Atividades Económicas e Comunicação, sita no edifício dos Paços do Concelho, entre as 9:00 horas e as 16:00 horas.

4 de março de 2016. — O Presidente da Câmara, Dr. *Luís Miguel Franco*.



209418627

MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE

Aviso n.º 3572/2016

Procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão da Unidade Orgânica de Obras Municipais e Urbanismo

Nos termos do meu despacho exarado a 01/09/2015 no qual determinei a abertura de procedimento para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau — Chefe de Divisão — Unidade Orgânica de Obras Municipais e Urbanismo, cujo júri foi aprovado por deliberação da Câmara Municipal de 16/09/2015 e da Assembleia Municipal de 30/09/2015, foi publicado o aviso n.º 14459/2015 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 241, de 10 de dezembro de 2015, na Bolsa de Emprego Público com o código OE201512/0094 em 11 de dezembro de 2015 e no jornal “Diário de Notícias” de 9 de dezembro de 2015.

Assim, nos termos do disposto n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, aplicada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, torna-se público que, por meu despacho, designei para o cargo de direção intermédia de 2.º grau — Chefe de Divisão da Unidade Orgânica de Obras Municipais e Urbanismo, engenheiro José Luís Alves de Carvalho, técnico superior do mapa de pessoal desta autarquia, cujo conteúdo se transcreve: “Considerando que:

Nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro conjugado com os artigos 1.º, 2.º e 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, os titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal;

Previamente à abertura de procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º grau — Chefe de Divisão — Unidade Orgânica de Obras Municipais e Urbanismo foi tido em conta o necessário cabimento orçamental a nível do Orçamento de 2015, o qual também se encontra assegurado no Orçamento para 2016.

Foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao referido procedimento concursal, aberto por meu despacho exarado a 01/09/2015, cujo júri foi aprovado por deliberação da Câmara Municipal de 16/09/2015 e da Assembleia Municipal de 30/09/2015, que foi

publicado o aviso n.º 14459/2015 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 241, de 10 de dezembro de 2015, na Bolsa de Emprego Público com o código OE201512/0094 em 11 de dezembro de 2015 e no jornal “Diário de Notícias” de 9 de dezembro de 2015.

O júri do procedimento concursal para o provimento do titular do cargo de chefe de divisão da Unidade Orgânica de Obras Municipais e Urbanismo, após conclusão da aplicação dos métodos de seleção, que foram a avaliação curricular e a entrevista pública de seleção, elaborou proposta de nomeação do técnico superior do mapa de pessoal da autarquia José Luís Alves de Carvalho, invocando as razões da escolha deste candidato;

Os fundamentos da escolha deste candidato assentaram no juízo ponderado dos referidos métodos de seleção e nos respetivos critérios de apreciação previamente definidos, de acordo com a avaliação e fundamentação que constam das deliberações do júri exaradas nas atas que integram o procedimento concursal;

Na sua avaliação, o júri concluiu que o referido técnico superior possui competência técnica e aptidão para o desempenho de funções de direção, coordenação e controlo, adequadas ao exercício do cargo a prover — Chefe de Divisão — Unidade Orgânica de Obras Municipais e Urbanismo, considerando as atribuições constantes do Regulamento das Atribuições e Competências das Unidades Orgânicas, Subunidades Orgânicas, Setores, Gabinetes e Organograma do Município de Alvaiázere, publicado no D.R. 2.ª série, n.º 239, de 10 de dezembro de 2013, conjugado com as competências descritas no artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;

O júri concluiu também que o candidato possui experiência nos domínios de atuação da Unidade Orgânica em causa, evidenciando capacidade de liderança, de planeamento, de decisão, e visão de conjunto, bem assim formação profissional adequada, revelando também adequadas capacidade de organização, comunicação, relacionamento interpessoal, e motivação para o exercício do cargo;

O técnico superior José Luís Alves de Carvalho possui os requisitos legais exigidos pelo n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, para o provimento do referido cargo;